

# EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRECOLOGIA: A EXPERIÊNCIA NOS ESTADOS DO CEARÁ E PARANÁ DAS ESCOLAS DO MST<sup>1</sup>

**Francisco Flavio Pereira Barbosa**

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
e Escola de Ensino Médio do Campo Nazaré Flor

1→ An English translation of this article is available for free download at [www.lapes.org](http://www.lapes.org); la traducción de este artículo al español está disponible para su descarga gratuita en [www.lapes.org](http://www.lapes.org).

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, intitulada “Educação do Campo e Agroecologia: Produção de Saberes nas Escolas do Campo Maria Nazaré de Sousa e Iraci Salete Strozak.” O trabalho é um esforço de síntese de uma experiência militante e uma vivência coletiva partilhada no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Ceará. Essa atuação foi construída durante um percurso de formação em que a Educação do Campo e a Agroecologia, vão adquirindo significativa dimensão no âmbito da formação acadêmica.<sup>2</sup>

A abordagem do tema parte das elaborações do setor de Educação do MST, em seu trabalho das Escolas de Ensino Médio do Campo, no Ceará e no Paraná, com a proposta de desenvolver uma ação interseccional e uma aprendizagem interdisciplinar no âmbito dos setores de Educação, Produção e Juventude. Tais ações vêm sendo implementadas nos Assentamentos do MST no Ceará, nos últimos 10 anos, e no caso do Paraná, nos últimos 20 anos, a exemplo do trabalho desenvolvido a partir do Colégio Iraci Salete Strozak, em Rio Bonito do Iguçu-PR.

É preciso ainda salientar que a relevância do objeto da presente pesquisa, decorre do aprofundamento do debate e da elaboração teórico-prática no interior do MST, quanto às questões relativas à Agroecologia, notadamente em face da articulação internacional na Via Campesina. Observado o contexto de agudização da luta de classes no campo em âmbito internacional, com o avanço das corporações de produtos e serviços ligados à agricultura, promovendo poderosas campanhas de propaganda junto aos principais organismos de regulação, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e governos nacionais.

2 → O autor, no ano de 2000, se insere na I Turma de Magistério da Terra/Norte e Nordeste, chamada de Elizabeth Teixeira. Esse curso foi pioneiro para formação de Educadores da Reforma Agrária e qualificação dos coletivos de Educação. Financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA em parceria com a UFPB – Campus Bananeiras/PB. No ano de 2009 a inserção será na II turma de Licenciatura em História – Programa Estudante Convênio para os Movimentos Sociais do Campo – PEC/ MSC na UFPB campus João Pessoa/PB.

Quanto ao procedimento metodológico, observando realidades geograficamente distintas e dimensões sociopolíticas específicas, nos deparamos com um grande desafio e ao mesmo tempo uma tarefa política. A partir das reflexões sobre o acúmulo em ambas experiências, em suas aproximações quanto aos objetivos da Educação do Campo tornou possível perceber o debate sobre a inserção curricular da abordagem da Agroecologia no espaço da sala de aula e na vivência cotidiana dos educandos por meio da observação e aprendizagem quanto às práticas conservacionistas de manejo ecológico.

Os estudos de Bulgacov, afirmam sobre o *método comparativo*, como o caminho e o mecanismo de identificação de fenômenos complexos, assim como a atuação de organizações de setores diferentes ou entre organizações do mesmo setor.<sup>3</sup> No caso em voga, a pesquisa envolve o estudo de uma mesma organização, com identidade no mesmo setor, a Educação no MST. Segundo o mesmo autor, baseado-se em Blau,<sup>4</sup> a metodologia baseada em *comparações qualitativas possibilita determinar relações entre atributos organizacionais*. Na essência do trabalho, buscamos identificar esses atributos organizacionais, que possam fortalecer a estratégia política de cultivo da identidade da juventude camponesa, em prol da luta por Reforma Agrária Popular.

O propósito de delimitar a pesquisa aos dois territórios escolares e suas relações com a comunidade escolar, afirmam a intenção de acompanhar a realização da experiência em curso, por meio da observação participativa e análise dos documentos das escolas e, nelas perceber, reflexões, aprendizados e possibilidades de construção pedagógica da prática. Como também observar o esforço de consolidação de um projeto de Educação do Campo, com base na matriz produtiva da Agroecologia e na humanização do trabalho por meio do ensino-aprendizagem da juventude camponesa no interior das escolas e suas relações no cotidiano das comunidades.

3 → Sergio Bulgacov, “Estudos Comparativo e de Caso de *Organizações de Estratégias*,” *Organizações & Sociedade* 5, no. 11 (Janeiro/Abril, 1998): 56, <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10375/7394>.

4 → Peter M. Blau, “O Estudo Comparativo das Organizações,” in *Sociologia da Burocracia*, ed. e trans. Edmundo Campos, 2nd ed. (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971).

Para realizar a pesquisa de campo, delimitamos dois territórios Escolares e Sociais da Reforma Agrária, um no Ceará e outro no Paraná. O primeiro, no Ceará, que onde atualmente se consolida o acompanhamento de 12 núcleos/escolas nos Assentamentos de Reforma Agrária. A escolha por uma dessas experiências, a Escola de Ensino Médio Maria Nazaré de Sousa, no Assentamento Maceió, em Itapipoca (CE), deu-se devido à identificação do pesquisador/sujeito com o lugar social e seu vínculo na experiência profissional, como educador e gestor. A escolha também se pautou pelo acúmulo político obtido na vivência com as famílias, grupos de jovens, e atividades de cultura e formação entre outras. O segundo território abordado na pesquisa se localiza no Paraná, a Escola Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, cuja escolha atendeu a orientação no exame de qualificação, haja vista que a Universidade desenvolve ações de extensão e pesquisa nesse espaço. Essa aproximação entre os dois territórios e contextos foi fundamental para destacar dimensões relevantes nas práticas e vivências em ambas as experiências. Para qualificar e sustentar a análise realizamos a pesquisa bibliográfica desde as categorias teóricas e seus respectivos autores: da História Ambiental,<sup>5</sup> do Desenvolvimento Rural Sustentável,<sup>6</sup> da Agroecologia,<sup>7</sup> da Educação do Campo e da

- 5 → John Bellamy Foster, *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, trans. Maria Teresa Machado (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005); John R. McNeill, *Algo Nuevo Bajo el Sol: historia medio ambiental del mundo en el siglo XX*, trans. José Luis Gil Aristu (Madrid: Alianza Editorial, 2011).
- 6 → Guilherme Costa Delgado, *Do capital financeiro da agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século* (Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012); Sergio Schneider "Apresentação," *Sociologias* 13, no. 27 (Mai./Ago. 2011): 14-23.
- 7 → Carlos Armênio Khatounian, *A reconstrução ecológica da agricultura* (Botucatu: Agroecológica, 2001); Stephen R. Gliessman, *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*, trans. Maria José Guazzelli, 4th ed. (Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009); Moacir Roberto Darolt, "As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades," in *Agricultura Orgânica: inventando o futuro* (Londrina: IAPAR, 2002): 18-26.

Escola do Campo,<sup>8</sup> e das práticas agroecológicas.<sup>9</sup>

Como objetivo da pesquisa, trabalhamos com o propósito de mapear e analisar as experiências de práticas de agroecologia desenvolvida nas escolas investigadas, dando ênfase à produção de saberes agroecológicos na escola, os encontros, as vivências e ações desenvolvidas em ambas as experiências. Na Escola Iraci Salete Strozak, iremos encontrar um trabalho de interação com a comunidade, por meio de intercâmbios, encontros e vivências por meio do Núcleo de Agroecologia da Escola que cuida da Horta Escolar. Na Escola Maria Nazaré de Sousa, encontra-se a experiência do componente integrador curricular da Parte Diversificada da Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas (OTTP), associado às ações de práticas que se realizam no Campo Experimental, ou seja, trata-se de uma área de experimentação agroecológica da Escola.

Ambas as experiências têm uma trajetória de luta pela vida em comunidade e tentam recuperar as matrizes da cultura camponesa em suas dimensões de ajuda mútua e reciprocidade, como se vê no compartilhamento de tarefas e responsabilidades coletivas. Desde o Acampamento, se organiza uma metodologia de Educação Popular, considerando uma realidade atravessada pelo analfabetismo e ausência de escola para a juventude e a infância Sem Terra.<sup>10</sup> Por fim,

- 8 → MST, "Caminhos da educação básica de nível médio para juventude das áreas de reforma agrária," in *Documento final do 1º seminário nacional sobre a educação básica de nível médio nas áreas de reforma agrária* (Luziânia - GO, 2006); Luiz Carlos Freitas, "A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção," in *Caminhos para transformação da escola: reflexão desde práticas da licenciatura em educação do campo*, ed. Roseli S. Caldart (São Paulo: Expressão Popular, 2010); Roseli S. Caldart, "Pedagogia do Movimento e Complexo de Estudo," in *Caminhos para transformação da escola: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo*, ed. Roseli S. Caldart (São Paulo: Expressão Popular, 2015).
- 9 → Ana Maria Dubeux e Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, "A construção de conhecimentos em agroecologia no semiárido brasileiro: intelectualidade e diálogo de saberes na sistematização de experiências," in *Agroecologia na convivência com o semiárido: Sistematização de experiências vividas, sentidas e aprendidas*, ed. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, Ana Maria Dubeux, e Maria Virginia Aguiar (Recife: Editora dos organizadores, 2015).
- 10 → Um largo repertório disposto aos estudos e pesquisas pode ser buscado junto ao Jornal Sem Terra, bem como nas inúmeras Cartilhas e Documentos elaborados como parte da ação permanente do Setor de Educação do MST e, isto se deve assinalar aqui, pois a construção dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas estudadas nisto texto, deve ser compreendida como parte do acúmulo sobre o direito à educação no MST.

apresentamos os dois territórios escolares, frutos da luta e resistência na terra, com sonhos de partilha e desejo de mundo com justiça e dignidade. A luta por escola nesses territórios foi um enfrentamento por direitos contra um estado, que antes de estarem organizados no movimento social, não os reconheciam. Rompendo cercas, o MST foi conquistando Terra, Trabalho e Escolas, para alfabetizar os sujeitos para a luta e a vida, em defesa da Reforma Agrária Popular e contra o agronegócio e seus defensores.

As experiências das duas Escolas nos dão uma dimensão do trabalho pedagógico, de um conjunto de educadores, no sentido amplo da palavra, como muito bem nos ensinou o mestre Paulo Freire, atuam diariamente para transformar a Escola, em um território de formação e produção de saberes e escrita da cultura popular camponesa.

Temos escutado, que a Escola está ocupada pela pedagogia do movimento, e que todos os dias, temos que lutar contra as políticas educacionais que fracionam os educandos em meros quantitativos equacionais. Os nossos jovens são muito mais que números, sujeitos da própria luta e são continuadores de sua própria história, da memória social e comunitária, que lutaram para conquistar a terra. Podemos verificar essa presença construtiva da história, quando a maioria destes jovens, continuam na luta para viver no campo com dignidade, em muitas situações como em acampamentos, na resistência em defesa da Reforma Agrária Popular.

Portanto, podemos afirmar que as experiências em curso produzem saberes no âmbito da agroecologia, e que estão fazendo um trabalho pedagógico muito além, do tempo contratual, para fazer avançar o processo de ensino-aprendizagem dos educandos e, por isso, estão trabalhando partir da agroecologia, no enfrentamento às práticas danosas do agronegócio. Assim, o MST, por meio do Setor de Educação em articulação com os demais, vem conduzindo um processo de formação dos sujeitos no âmbito da interdisciplinaridade e da integração.

## 2. ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NO MST

Ao longo do ano de 2017, intensificou-se no MST o debate em torno da experiência das Escolas do Campo, visto que hoje sua existência se dá nas várias regiões do Brasil.<sup>11</sup> Tal debate partiu de uma necessidade concreta: a atualização dos Projetos Político Pedagógicos das Escolas e ampliou os sentidos do debate em vista de dois grandes eixos de reflexão, definidos no Setor de Educação e o conjunto do Movimento. Esta ampliação se deu a partir de conteúdos vindos da história e da memória, em conexão com a construção de princípios pedagógicos; um deles veio da atualização sobre a memória do processo revolucionário na Rússia em 1917; o segundo, decorreu da atualização do legado da pedagogia de Paulo Freire, vinte anos após seu falecimento. Em relação à Revolução Russa, os debates sobre a Pedagogia Socialista reuniram diversos especialistas no Brasil para ajudar a pensar os desafios atuais da Educação do Campo.<sup>12</sup> Em relação ao legado de Paulo Freire, além do debate e atualização das questões sobre a Pedagogia da Terra, tentou-se avançar no sentido de fortalecer os processos educativos no MST, de modo inclusive a pensar os instrumentos ideológicos de aprofundamento do golpe de 2016 no Brasil, como é o caso da ofensiva fascista da chamada “escola sem partido”.

11 → Destacamos a realização no período de 16 a 30 de janeiro, o *Curso Nacional de Pedagogia do MST – V* turma com 224 participantes, em São Mateus-ES; o *seminário a construção histórica da pedagogia socialista: legado da Revolução Russa de 1917 e desafios atuais*, na Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF, em Guararema-SP, com 335 participantes, no período de 24 a 27 de maio; a II turma do *curso básico de Educação em Agroecologia região Nordeste*, na Paraíba, no período de 03 a 12 de julho; o *Seminário Nacional Legado de Paulo Freire*, em Caruaru-PE com 200 participantes, no período de 18 a 22 de setembro; e o II *Seminário de Agroecologia nas Escolas do Campo da região Sul*, realizado em Chapecó-SC, com a parceria do INCRA e UFFS, no período de 24 a 26 de outubro com 120 participantes.

12 → Para debater a atualidade da Pedagogia Socialista realizou-se em São Paulo na Escola Nacional Florestan Fernandes, um importante seminário que visou discutir questões centrais de luta e construção da Pedagogia Socialista desde o legado histórico da revolução russa de 1917, sem dúvida um dos acontecimentos históricos mais importantes da época contemporânea. Também buscou-se identificar os principais desafios da formação humana no confronto entre capital e trabalho no momento atual. Fruto desse seminário resultou a publicação do livro Roseli S. Caldart e Rafael Villas Bôas (eds.), *Pedagogia Socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais* (São Paulo: Expressão Popular, 2017).

Uma das questões que norteou alguns dos debates em curso gira em torno da compreensão das bases teórico-filosóficas que fundamentam o projeto vigente da escola capitalista. Para compreender tal questão, se faz necessário observar o movimento do capital em busca da extração de uma cada vez maior taxa de lucro. Para tal, se aprofunda a aplicação das medidas neoliberais e seu programa de desmantelamento das políticas públicas consagradas nas promessas republicanas da democracia burguesa. É o que se vê no Brasil no último período, com a aprovação de um vasto conjunto de medidas que destroem o setor público, introduzindo os mecanismos de terceirização, precarização e privatização dos bens públicos e, em especial os da saúde e da educação. No caso da educação, as evidências indicam o aprofundamento do modelo corporativo para o ensino superior, com a presença de grandes conglomerados de empresariamento da educação, e além disso há a contrarreforma do ensino médio com projeto “escola sem partido” e no avanço da educação à distância (EAD).

Nesse contexto, o MST se soma ao conjunto da classe trabalhadora, em sua luta pela democratização do ensino público, como um direito universal e aprofunda seu debate em torno da educação como ferramenta de transformação social, com formação omnilateral, tendo o trabalho como princípio educativo. Em termos teóricos, o desafio é conhecer e atualizar as experiências históricas e aprender com os ensaios da pedagogia socialista. Neste sentido, em termos de Educação do Campo, o caminho aponta no sentido da construção de espaços educativos de resistência, por oposição ao espaço abstrato que tende à homogeneidade e à acomodação social. O caminho aponta também para a necessidade de avançar no processo de crítica e de auto-avaliação das experiências em curso, visando superar os entraves do processo.<sup>13</sup>

A história da luta por Educação no MST está associada à luta pela terra e por dignidade. Desde o início da organização do MST é permanente a luta por direito à Educação, sendo a Escola Itinerante uma

13 → Partes das ideias aqui desenvolvidas se baseiam na palestra *Educação, Escola e luta de classe: processo histórico e finalidades educativas*, ministrada pela professora Célia Regina Vendramini (UFSC), em agosto de 2017, no Encontro de Elaboração dos Projetos Político Pedagógicos, Juazeiro (BA).

construção desde os primeiros acampamentos, como se observa nos registros da história do Movimento. De acordo com a fala de um dos educadores na época da ocupação na Encruzilhada Natalino,<sup>14</sup> o desafio era explicar para esta gente miúda o porquê de estarem acampadas, organizá-las em grupos, cantar, correr, viver com elas, enfim....<sup>15</sup> No acampamento a luta pela terra, despertou nas famílias a preocupação de assegurar às crianças e aos adolescentes o direito à Educação e à Escola, como exercício da cidadania negada ao trabalhador rural, cuja história de vida é pontuada pela ausência de direitos sociais, e agora, por meio de sua luta e organização coletiva busca a efetivação desses direitos, enquanto fundamentais à nova forma social da vida em comunidade.

Nesse sentido, o debate da Educação no MST vem desde sua gênese, quando foi identificada a necessidade de escolarização e educação do povo Sem Terra, através de uma pedagogia própria. Por isso, o MST tem em seu cotidiano o esforço permanente de forjar novos sujeitos, a partir da experiência de luta de homens e mulheres buscando a superação de uma vida anterior, sem direitos e presos à sujeição do latifúndio que deixou marcas cravadas em cada indivíduo, e agora, em coletividade se busca a construção de novos caminhos pautados pela dignidade e justiça social.

Nesse sentido, vem sendo construídos os mecanismos de uma cultura de resistência, enfrentando o grave problema social do analfabetismo e da ignorância quanto aos direitos. Tal é o caminho onde se tenta forjar a construção de novos valores emancipatórios, e contra hegemônicos como recusa à visão de mundo do sistema do capital, baseada no individualismo, no egoísmo e na competição. A educação no MST enseja propiciar à Juventude Sem Terra, o amor ao estudo e ao

14 → Em 1981 colonos gaúchos acampam em Encruzilhada Natalino e inauguram uma “nova” fase de luta pela terra em nosso país. Ocupar e acampar são as formas encontradas pelos Sem Terras para pressionar o governo a resolver o problema agrário, que a cada dia se tornava mais profundo. Esse “novo” modo de organiza-se para reivindicar irá fecundar a constituição do MST no Brasil.

15 → Roselie S. Caldart e Bernadete Schwaab, “Nossa luta é nossa escola: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos,” in MST, *Dossiê MST Escola Documentos e Estudos 1990 – 2001* (São Paulo: Expressão Popular, 2005), 13.

trabalho na perspectiva da construção de sua autonomia como sujeitos de direitos.

De acordo com o documento final do I Seminário Nacional sobre a Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária,<sup>16</sup> as Escolas do Campo devem ser “mais do que escolas” quando se constituem como uma referência sociocultural para a comunidade:

seja pelo envolvimento na solução de problemas locais e permitem aos estudantes avançar no conhecimento científico na apropriação de tecnologias e na capacidade de intervenção concreta na realidade; seja pelas oportunidades de convivência social que oferece, pelo recuperar da memória das famílias, ou pelas oportunidades de contato com os livros, filmes, debates e expressões culturais diversas.<sup>17</sup>

Tais apropriações pelos educandos têm como premissa uma pedagogia que se afirma no sentido de realizar as transformações necessárias nas Escolas do Campo. Neste sentido, o documento referido aborda seus fundamentos:

a) a realidade como base da produção do conhecimento e o estudo como capacitação para a leitura crítica da realidade, formação de uma visão de mundo, emancipação intelectual e exercício de um exame reflexivo das diferentes dimensões da vida humana; b) educação para o trabalho e pelo trabalho; c) participação em processos de gestão democrática que inclui o desafio de auto-organização dos estudantes e de construção de uma coletividade educadora; d) trabalho coletivo e formação permanente dos educadores.<sup>18</sup>

16 → Seminário realizado em Luziânia/GO, 18 a 22 de setembro de 2006. Contou com a presença de 500 participantes entre educadores, gestores e representantes de organizações da Via Campesina Brasil (MAB, MPA, MMC, PJR) além de convidados de universidades e secretarias municipais de educação.

17 → MST, “Caminhos da educação básica de nível médio para juventude das áreas de reforma agrária,” 10.

18 → *Ibid.*, 11.

O processo de conquista da Escola nos primeiros Acampamentos foi uma luta, em função da reivindicação realizada pelo Movimento. Entretanto, quando foram implantadas as primeiras Escolas, foi-se percebendo alguns desafios quanto à proposta de educação construída nos diálogos e debates com assentados e acampados, e mediado pelas leituras da pedagogia em Paulo Freire e outras matrizes da educação como prática emancipatória. O principal desafio estava nas diferenças fundamentais entre o modo de educação tradicional vigente e a proposta de educação popular, visto aqui num dos principais documentos<sup>19</sup> do Setor de Educação do MST do período de formação em 1987, acerca desse desafio:

A escola tradicional tem por objetivo manter no poder as classes dominantes, conservando a ordem atual da sociedade, a Educação Popular visa transformar essa realidade social, não através do convencimento ou da imposição de ideias, mas despertando a consciência, praticando do concreto, das experiências, da prática, dos conhecimentos existentes, aprofundando esses conhecimentos, vendo a causas, analisando, para voltar sempre à prática, às tarefas e aos compromissos.<sup>20</sup>

Na construção do Setor de Educação do MST, duas grandes questões foram desafiadoras ao coletivo; a primeira, seria realizar a socialização e sistematização das experiências em curso, principalmente em Santa Catarina e no Espírito Santo; a segunda questão, tratava-se da necessidade de gerar um consenso na proposta de Educação Popular do MST para os Assentamentos, e a partir de uma metodologia comum a ser adotada nas demais regiões do país. A partir da dinâmica do Movimento, articulada à luta social e política por acesso à educação e à Escola de novo tipo, tratou-se de observar a realidade das famílias acampadas e assentadas. Neste sentido, a agenda de reivindicações levava em conta as grandes ausências: educadores formados; recursos materiais e humanos; espaços adequados ao

19 → Documento síntese do 1º Seminário Nacional de Educação em Assentamentos, São Mateus/ES, 27 a 30 de julho de 1987.

20 → MST, “Dossiê Educação,” *Caderno de Educação* 14 (2017): 10.

funcionamento das escolas; interferência do poder público para impedir o avanço na implementação da proposta de Educação Popular.

A pesquisa nos documentos elaborados no Setor de Educação do MST nos dá a conhecer um conjunto de questões voltadas às práticas educativas e ao tipo de Escola requerida como possibilidade de transformação social. A pergunta de partida é: *Que escola queremos para os assentamentos?* Tal questão é suscitada a partir da compreensão do Assentamento como modo concreto de territorialização da luta por Reforma Agrária, e nesta, a ampliação da pauta de reivindicação tendo na Educação uma das principais exigências na construção da autonomia dos assentados como sujeitos de direitos. Logo, a Escola que se faz como reclamação histórica da luta deve se pautar por uma concepção de Educação fruto da realidade em mudança; onde os papéis sociais compartilhados entre educadores e educandos sejam mediados pela perspectiva dialética do aprender e ensinar de modo cooperativo. Em síntese “Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo.”<sup>21</sup>

Em 1990, o MST formula as linhas básicas da proposta de Educação do Movimento para as Escolas de Assentamentos e Acampamentos. Nessas linhas podemos destacar um diagnóstico para as Escolas nos Assentamentos, como um “espaço de educação sistemática e científica das novas gerações, fortalecendo-lhes a base de conhecimento” para atuar no aprofundamento das estratégias de organização e de luta.

Uma leitura do período situa a história da luta por escola no MST em dois grandes períodos, que não são fechados em datas rígidas, mas demonstram uma certa convergência nas ações. O primeiro período estende-se até 1984 – gênese de fundação – *assume a bandeira: Nas lutas pela terra, educação, uma necessidade*, ou seja, uma fase de muita resistência e criação no modo de ser Movimento, forjando essas características de pedagogia social da luta, com base na necessidade política de transformação da sociedade e construção de novas formas sociais baseadas na solidariedade, comunhão e justiça social. O segundo período - 1985-1990 – *se pauta pela bandeira da necessidade*

21 → MST, “Caminhos da educação básica de nível médio para juventude das áreas de reforma agrária,” 31.

*da educação ao ensaio de soluções alternativas*, ou seja, a busca por estruturar uma proposta de educação, baseada em princípios e valores por uma escola comprometida com a proposta de Reforma Agrária e enfrentamento da luta de classes no campo. Daí a relação da Educação no MST com as estratégias de organização da produção, exercício da cooperação e sustentabilidade dos territórios conquistados.

De acordo com Bernadete, uma das articuladoras do setor de Educação no Rio Grande do Sul à época, a meta principal do Setor durante a década de 1990, recomendava que a Escola acompanhasse a discussão sobre a cooperação,<sup>22</sup> e que essas experiências constituíssem o cerne da relação entre escola e produção nos assentamentos.<sup>23</sup>

Dentre os princípios pedagógicos que orientam os postulados da educação como prática no MST, destacamos para que a escola seja realmente educativa ela deve estar:

integrada na organização do assentamento, ou seja, o processo de conhecimento que se desenvolve na escola deve ter relação direta com a realidade ali vivenciada; os assentados devem assumir a escola, participando coletivamente da tomada decisões sobre sua organização, funcionamento e processo pedagógico; nas escolas de assentamentos é fundamental uma ênfase na questão do trabalho ao mesmo tempo, partir da vivência prática da produção no assentamento e proporcionar um preparo científico e tecnológico que ajude no avanço da prática produtiva e organizativa do grupo.<sup>24</sup>

22 → “A aplicação da cooperação ao processo de trabalho permite: a) um encurtamento do tempo necessário à produção de determinado produto, isto é, confeccionam-se mais produtos em menos tempo, pois é possível distribuir as diversas operações entre diversos trabalhadores e, por conseguinte, executá-las simultaneamente, reduzindo o tempo necessário para a produção do produto total; b) uma extensão do espaço em que se pode realizar o trabalho; c) um aumento da produção num menor tempo e espaço de ação (no caso da agricultura).” Pedro Ivan Christoffoli, “Cooperação Agrícola,” in *Dicionário da Educação do Campo*, ed. Roseli S. Caldart, Isabel Pereira, Paulo Alentejano, e Gaudêncio Frigotto (São Paulo: Expressão Popular, 2012), 159-60.

23 → MST, “Caminhos da educação básica de nível médio para juventude das áreas de reforma agrária,” 24. Caldart e Schwaab, “Nossa luta é nossa escola.”

24 → MST, “Dossiê Educação,” 27.

Nesse contexto, a Educação no MST vem sendo desafiada a quebrar o paradigma da escola tradicional, e por isso, o currículo é o 'coação' da Escola, e deve ser construído e avaliado permanentemente para que se observe sua articulação aos objetivos delineados nas linhas políticas da organização. Caldart historicizando o percurso de construção da Pedagogia do Movimento, afirma que a luta para transformar a Escola, não se deu pelos objetivos da escola em si, mas pelos objetivos de formação dos sujeitos concretos para os quais estava sendo conquistada nas lutas do movimento:

Afirmamos desde então que é necessário formar militantes Sem Terra, continuadores da luta pela terra e pela reforma agrária e amplamente das lutas coletivas pela transformação da sociedade; e é necessário que estes militantes sejam formados como trabalhadores capazes de dar conta dos desafios da produção nas áreas conquistadas, mas de forma a exercer/projetar novas relações sociais e econômicas (propriedade coletiva da terra, trabalho cooperado, construção de agrovilas comunitárias), que por sua vez sejam formadoras para perspectiva da luta maior.<sup>25</sup>

De acordo com a reflexão de Camini,<sup>26</sup> queremos uma Escola Pública no campo e do campo, junto àqueles que lá querem viver, trabalhar e construir vida digna. Uma Escola que valorize o saber do povo, respeite a realidade das crianças, seja diferente em seu planejamento, currículo, avaliação, tempos educativos, formação de educadores e participação da comunidade em todas as fases do processo educativo.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Iraci Salete Strozak, a Educação do Campo nasceu da "necessidade de uma escola que atendesse os objetivos dos povos do campo, de uma lógica transformadora onde a partir de suas práticas e reflexões seja possível compreender e fazer educação baseada em princípios huma-

25 → Caldart, "Pedagogia do Movimento e Complexo de Estudo," 22.

26 → Isabela Camini, "Palestra - A educação no Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)", *Jornado de Educação Popular 1* (2007): 41.

nizadores, tendo sempre em foco a transformação social."<sup>27</sup>

Nesse sentido, o processo de elaboração e formulação do currículo se articula à participação ativa da comunidade, e a Escola vai se fazendo em movimento e em luta. É nesse processo, para o caso das Escolas do Campo no Ceará que observamos algumas conquistas, dentre elas, a ampliação do currículo escolar, incorporando o componente curricular da base diversificada, abrangendo a Projetos, Estudos e Pesquisa (PEP), as Práticas Sociais Comunitárias (PSC) e a Organização, Trabalho e Técnicas Produtivas (OTTP). Sobre esta última, a presente pesquisa centra sua atenção quanto ao Currículo, Plano de Curso, bem como os níveis de interação entre teoria e prática no interior da Escola e na Comunidade. O currículo da OTTP tem por base a Agroecologia como matriz produtiva e orientação para o mundo do trabalho. Na Escola pesquisada observamos uma área destinada aos experimentos, em que os educandos, por meio de uma práxis orientada, desenvolvem o hábito das pesquisas agrícolas voltadas à realidade dos agroecossistemas da região.

### 3. A EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR

O MST tem realizado um esforço nos últimos anos, para debates do tema da Educação em Agroecologia, por entender que essa abordagem é importante para o processo de formação humana dos sujeitos. Na região Sul do Brasil, o tem vem ganhando cada vez mais força, com a realização de seminários anuais para debater e aprofundar a temática, e orientar o trabalho nas Escolas com a abordagem na Agroecologia. Na região Nordeste não tem sido diferente, as Escolas de formação em Agroecologia têm sido um marco na articulação das experiências e troca de saberes.

Trazemos aqui, o Seminário "Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo", realizado em 2016 em Veranópolis no Rio Grande do Sul, destacando os principais pontos relacionados ao tema central deste texto. Segundo os documentos básicos de organização do

27 → Paraná, Governo do Estado, "Resolução 714/99," Documento de criação do colégio Iraci Salete Strozak, publicada em Diário Oficial do Estado em 04/02/1999.



referido Seminário, constituíram seus objetivos: firmar compreensão sobre elementos básicos da concepção de agroecologia em suas relações com o momento atual da luta de classes no campo e as exigências de formação das novas gerações; aprofundar a compreensão dos fundamentos principais de nosso projeto educativo e de nossa concepção de escola; discutir sobre a importância político-pedagógica de desenvolver processos de educação em agroecologia nas escolas do campo; discutir conteúdo e forma de construção das relações entre agroecologia, educação, escola e trabalho socialmente produtivo das novas gerações; socializar e discutir sobre práticas de educação em agroecologia em andamento; iniciar construção de orientações para um programa de estudos sobre agroecologia nas escolas do campo, conectando práticas e conteúdos específicos aos estudos das ciências da natureza e da sociedade nas diferentes etapas da educação básica; e adotar linhas de ação para potencializar nas escolas a Jornada Cultural Nacional “Alimentação Saudável: um direito de todos!”.<sup>28</sup>

Nesta pesquisa destacamos entre as discussões do Seminário, a abordagem dos fundamentos educação e a matriz formativa, aprofundando sua relação entre Escola, Trabalho e Produção. A Agroecologia foi estudada conceitualmente, destacando a história da agricultura e seu contexto histórico e se pôs em diálogo os embates à lógica da agricultura industrial, bem como seus desafios em afirmar-se em relação à Agricultura Camponesa, a Soberania Alimentar, e a Reforma Agrária Popular.

Quanto aos aspectos teórico-práticos de aprofundamento da Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo de Educação Básica, como exercício de reflexão, e questionamento quanto ao conteúdo e formas acerca do como fazer a Educação em Agroecologia em nossas

28 → Seminário Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo, em 16 a 18 de junho de 2016, no Instituto de Educação Josué de Castro, Veranópolis/RS, promovido pelo MST em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fronteira Sul/UFFS. O Seminário contou a presença de Educadores de escolas de educação básica de assentamentos e acampamentos da região sul do Brasil, incluindo coordenações pedagógicas e professores das áreas de ciências da natureza e de ciências da sociedade; coordenadores do setor de educação dos estados; alguns profissionais da área de ciências agrárias com formação em agroecologia que atuam em assentamentos e ou em escolas do campo; assessores orgânicos do setor de educação; coletivo político-pedagógico do IEIC; convidados de instituições parceiras. A Escola Iraci Salete Strozak esteve presente.

escolas. Neste sentido apontaram-se algumas sínteses quanto ao entendimento da Agroecologia como uma abordagem, o que requer das Escolas do Campo, o direcionamento do trabalho pedagógico de modo interdisciplinar e articuladas, envolvendo as ciências da natureza e ciências humanas. Destacou-se de igual modo a valorização do saber popular na produção do conhecimento e fortalecimento da identidade camponesa dos adolescentes e jovens do campo. Para tal, o Inventário da Realidade do território em que a Escola está inserida, é o mecanismo fundamental para a articulação dos saberes e para a efetiva participação da comunidade no processo educativo construído nas Escolas do Campo.

A luta do MST tem por base organizar os camponeses expropriados da terra, por meio da ocupação dos latifúndios improdutivos, com o objetivo de conquistar a Reforma Agrária e realizar transformações profundas na estrutura da sociedade. Observando o processo de modernização conservadora do capital na agricultura, cujo efeito se dá na adoção do pacote tecnológico da chamada “revolução verde”, a luta organizada do MST se amplia em direção ao combate do agronegócio e sua destruição do modo de vida e da cultura camponesa. Neste ponto do nosso trabalho recuperamos o marco conceitual do Projeto Político Pedagógico da Escola Maria Nazaré de Sousa, em Itapipoca-CE, para compreender sua formulação sobre a disputa de projetos no campo brasileiro:

Se por um lado afirmamos a necessidade do desenvolvimento do campo como lugar da vida, da produção de alimentos, do território camponês; por outro, avança em larga velocidade outro projeto, antagônico a este, o agronegócio, nova expressão da agricultura capitalista sob o controle do capital financeiro internacional, que estabelece o campo brasileiro como lugar de produção de lucro; da monocultura para exportação; baseada no uso de alta tecnologia; de grandes áreas de terras; com reduzida mão-de-obra; excessivo uso de agrotóxicos; na manipulação genética; na privatização das sementes transgênicas; e na padronização dos alimentos.<sup>29</sup>

29 → Escola de Ensino Médio do Campo Maria Nazaré de Sousa, *Projeto Político Pedagógico*

O capital encontra obstáculos de planejar sua taxa de lucro na agricultura, por alguns motivos: devido à autonomia dos camponeses no seu planejamento familiar, que na maioria das vezes está ligado aos laços com a terra; devido à dependência da natureza, a agricultura é uma atividade de risco, por estar exposta aos fenômenos da natureza: geadas, inundações, estiagem. Por isso, o agronegócio precisa sempre da *mão* do Estado para dispor de crédito associado ao seguro agrícola, controle da política de preços, dentre outras regalias.

A dinâmica do agronegócio se articula à financeirização da agricultura e ao pacote tecnológico por meio do empresariamento da agricultura. Sua lógica de reprodução necessita do controle do conhecimento por meio de instituições de ensino e pesquisa, não somente com o propósito de ter controle de mão de obra recrutada do exército de reserva, mas também para produzir o consenso na sociedade de seu modelo hegemônico. Outra faceta de atuação e controle do agronegócio reside em seu poder sobre a decisão do que vamos comer, por meio da dominação das corporações.

O MST compreende que sua luta reivindicatória, não se realizará nos moldes convencionais da Reforma Agrária, no modelo ditado pela burguesia. Neste sentido se construiu desde os debates preparatórios do VI Congresso Nacional com uma proposta de Reforma Agrária Popular; com o propósito também de alargar a luta em defesa dos territórios camponeses contra a ofensiva do capital.

Nesse contexto, o MST compreende que a terra conquistada deve estar serviço da produção de alimentos saudáveis à disposição da sociedade; daí a afirmação: “se o campo não planta, a cidade não janta”. Neste sentido, a luta se dá em torno da democratização do acesso à terra, construindo um processo de resistência e, em simultâneo, realizando o debate teórico-prático entorno dos princípios da agroecologia. Assim, se fortalece o compromisso em torno do cuidado com os bens da natureza, no sentido de afirmar e aprofundar as conquistas, em constante ataque pelo agronegócio. Neste processo a agroecologia é entendida como relação social, e, portanto, o significado dos Campos Experimentais nas Escolas e sua relação com as comunidades.

---

(Itapipoca, CE: 2016), 23-24.

Para tal, um dos grandes desafios no processo de construção das Escolas do Campo é a dimensão militante dos educadores, em sua práxis frente à transformação da realidade social; o que requer a formação permanente, de modo que o compromisso dos educadores e sua pertença ao projeto de transformação social, esteja vivo em seu fazer cotidiano, enquanto sujeitos sociais empenhados na mudança histórica.

A luta pela implementação da Reforma Agrária Popular, tem constituído a principal bandeira do MST, quanto à construção de seu projeto estratégico face ao avanço do capital sobre os territórios camponeses, em escala internacional. Neste sentido, o *fazer-se em movimento* na dimensão educativa, adquire relevo o esforço em promover a construção das bases de uma nova matriz produtiva baseada na Agroecologia e nos princípios da Soberania Alimentar.

Tal se pode constatar com o lançamento da Campanha *Alimentação Saudável: um direito de todos*, em setembro de 2016, no II Encontro Nacional dos Educadores das Áreas de Reforma Agrária do Brasil. A referida campanha se efetivou por meio da Jornada Nacional Cultural mobilizando a base social do Movimento para o debate acerca dos alimentos saudáveis e tendo nas Escolas do Campo, sediadas nas áreas de Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária, um de seus principais vetores organizativos. Nesse sentido, a realização da Jornada Cultural Nacional é uma ação de grande impacto, e identificamos alguns resultados práticos, dentre eles, a realização de diversas ações e em algumas delas tive a satisfação de participar na condição de pesquisador.

Nesse sentido, a dimensão sócio-educativa dos alimentos em nossas vidas, se articula aos objetivos da Escola na formação dos sujeitos, principalmente dos jovens adolescentes que hoje vem sofrendo com maior intensidade as investidas dos impérios alimentares, por meio do marketing e da propaganda massiva nos meios de comunicação corporativos. Enfrentar pois a avalanche diária da publicidade estimulando o consumismo é tarefa do projeto educativo das Escolas do Campo em perspectiva da Campanha já referida, onde também se

aprende a valorizar os saberes tradicionais em direção a construção coletiva de uma vida digna.

Na referida jornada cultural nacional nas Escolas do Campo, acompanhadas pelo setor de Educação do movimento, o objetivo principal é que se possa *fortalecer e divulgar práticas desenvolvidas em nossas áreas em torno da questão da alimentação*.<sup>30</sup> Constituem os objetivos da campanha:

Contribuir com a educação alimentar de nossas famílias e com a luta geral pelo direito de todos a uma alimentação adequada e saudável; fortalecer iniciativas de reorganização da alimentação escolar; estudar e debater as relações entre alimentação saudável, soberania alimentar, agroecologia, agricultura camponesa e reforma agrária popular; introduzir nas escolas o debate da agroecologia e o que são práticas de agricultura ecológica; retomar nas escolas, o debate sobre como fazer o vínculo entre o trabalho socialmente produtivo e sobre que conteúdos educativos precisam ser garantidos; e desenvolver diferentes formas de linguagem cultural/artística a propósito das práticas e sua divulgação.<sup>31</sup>

Desse modo, a concretização desses objetivos afirma o propósito da jornada cultural como uma *“experiência humana de participação em processos de trabalho, de luta e de organização coletiva...”* com objetivo de socializar o modo de vida como produzimos e reproduzimos *“conhecimentos e visão de mundo, e que passa a ser herança compartilhada de valores, objetos, ciências, artes, tecnologias, e símbolos.”*<sup>32</sup> Do mesmo período é o Boletim da Educação nº. 13, divulgando significativos aportes de pesquisa constantes do Dicionário de Educação do Campo.

A Campanha *Alimentação Saudável: um direito de todos*, possibilitou também trazer ao debate a dimensão social, política, econômica e

30 → MST, *Jornada Cultural Nacional: Alimentação saudável: um direito de todas!*, Boletim da Educação 13 (2017).

31 → Ibid.

32 → Ibid.

cultural dos alimentos, compreendendo que o ato de alimentar-se é endógeno aos seres vivos no ecossistema natural, onde o ciclo das espécies é equilibrado entre presa e predador; porém, no caso dos seres humanos, alterou-se essa relação natural. O homem passou a intervir na natureza para retirar, coletar e manejar os meios para sua subsistência. O surgimento da agricultura decorreu da domesticação de animais (pastoreio/pecuária) e, na seleção das sementes e manejo de cultivos (agricultura).

No decorrer do processo histórico, o alimento foi se tornando mais que comida, pois além da satisfação biológica após a ingestão de nutrientes a cada refeição, o alimento tornou-se cultura; portanto, um ato social associado a diversos fatores de ordem ecológica, histórica, cultural, social e econômica.<sup>33</sup>

O metabolismo do alimento ocorre pela memorização da atividade sensorial do cérebro, onde os sentidos do olfato (cheiro) e o paladar (gosto) enviam os sinais, e fazem o registro. Esse processo individual é mediado pela sociabilidade da comunidade, nas relações com o agroecossistema para produzir o alimento, no preparo culinário, nos ritos cerimoniais e nos diversos momentos em que a sociabilidade é reforçada pelo alimento partilhado.

A formação da personalidade psíquica do indivíduo tem seu desenvolvimento na infância. Portanto, é nesta fase onde reside a gênese identitária do adulto. Por isso, os impérios agro-alimentares têm investido maciçamente em propaganda para o público infante-juvenil. Isso explica as campanhas midiáticas de alimentos associadas a brin-quedos, por exemplo. De acordo com Dias e Chiffolleau, as campanhas, em busca de atrair o público consumidor, evocam afeto, carinho e cuidado, elementos que fazem parte da cultura alimentar.<sup>34</sup> Historicamente, o alimento se vincula aos laços culturais, e sua relação produção/consumo era mediada por relações de troca, no espaço da curta distância, ou seja, os consumidores mantinham laços

33 → Maria Eunice Maciel, “Identidade Cultural e Alimentação,” in *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*, eds. Ana Maria Canesqui e Rosa Wanda Diez (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005).

34 → Juliana Dias e Mônica Chiffolleau, “Comida, patrimônio o negócio?,” *Jornada Cultural Nacional: Alimentação saudável: um direito de todas!*, Boletim da Educação 13 (2017).

identitários, além de consumir alimentos frescos e saudáveis. Com o advento do capitalismo e as inovações tecnológicas desencadeadas pela revolução industrial, o alimento foi alterado e transformado em mercadoria no espaço e no tempo, passando em consequência se deu a separação entre produção e consumo, e a distância entre ambos foi consolidada. Desde então, os laços culturais foram paulatina-mente destruídos, a partir do avanço tecnológico do “desenvolvimento” e da “modernidade”. Com o apogeu da indústria, a agricultura se subordinou aos seus interesses e os laços culturais da cultura camponesa se modificaram; implicando no paulatino esvaziamento do campo, passando de lugar de gente para lugar do mercado. Em consequência, as relações sociais se deterioraram e é cada vez maior a expulsão da população do campo em direção à cidade.

Tais fenômenos gerados pelo sistema do capital, explicam a trágica dimensão social do problema da fome. Os estudos clássicos de Josué de Castro (Geografia da Fome e Geopolítica da Fome, entre outros) apresentam um vigoroso diagnóstico do problema mundial da fome como uma questão social a ser combatida e superada. Após o fim da II guerra mundial, a indústria bélica foi aquecida por meio das adaptações à agricultura, com o apoio do Estado na adoção da política pública denominada de “revolução verde”, e do pacote tecnológico (máquinas, agroquímicos e crédito). O núcleo desse modelo sempre foi à tecnologia de precisão e eficiência: produzir no menor espaço uma quantidade maior de produtos superior à anterior.

A ineficácia de tal modelo agrícola, pode ser entendida a partir de algumas variáveis: uma delas relacionada ao acesso aos alimentos, quando constata-se a disponibilidade de alimentos, mas a política alimentícia global e os vetores econômicos bloqueiam o acesso; outra variável se relaciona aos impactos ambientais e a qualidade dos alimentos produzidos; implicando no surgimento de doenças associadas à má alimentação; e por último, o modelo favorece os conglomerados de empresas agrícolas, controlando a cadeia produtiva agroalimentar.

No caso brasileiro, esse modelo foi implementado através de um pacto conservador que envolveu as elites agrárias, e o apoio do Estado gerido pelos militares, nos anos da ditadura, de 1960 a 1985. Mais

recentemente se intensificou a modernização no campo, com a ampliação da fronteira agrícola, e o entrelaçamento do latifúndio às multinacionais, no conhecido pacto pelo agronegócio. Hoje nos encontramos reféns desse modelo hegemônico do agronegócio, que tem gerado graves consequências sociais e ambientais, onde o Brasil figura, inclusive, nas estatísticas que indica o problema da obesidade infantil, aqui referida para se dimensionar o tamanho e o alcance dos problemas advindos deste perverso modelo agroalimentar. No Brasil, os problemas são acrescidos por variadas razões decorrentes do já apontado modelo hegemônico do agronegócio. Basta que se perceba a desigual densidade populacional em termos das regiões, provocando um permanente estado de insegurança alimentar; sendo que na região do semiárido, onde se concentra o maior número de camponeses, novos e velhos problemas entorno da chamada “convivência com o semiárido” reclamam ações concretas e específicas por parte da luta camponesa em sua permanente reclamação por políticas públicas adequadas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim pois, se apresenta esse texto, como fruto de nosso labor acadêmico, mediado pela experiência militante e, convém assinalar, pelos graves problemas conjunturais desde o golpe de 2016 no Brasil, cujos desdobramentos se verificam na retirada de direitos dos trabalhadores no campo e na cidade. O texto é também, a um só tempo, uma marca do compromisso do MST com reflexão acerca das grandes questões oriundas da Agroecologia, como possibilidade de animar e fortalecer o Programa de lutas por uma Reforma Agrária e Popular no Brasil. Esperamos ainda, que o texto possa fazer uma possível contribuição ao fortalecimento do fazer pedagógico nas muitas Escolas do Campo espalhadas nos territórios de luta camponesa, pelo direito à Educação. Por fim, o texto é também uma homenagem aos coletivos de Educadores e Educandos das Escolas Iraci Salette Strozak e Maria Nazaré de Sousa. ■